



MANUEL CAMELO FERREIRA DA SILVA NETTO

Prefácio

Fabíola Albuquerque Lobo

Posfácio

Maria Rita de Holanda

PLANEJAMENTO FAMILIAR NAS FAMÍLIAS LGBT

Desafios sociais e jurídicos do recurso à
reprodução humana assistida no Brasil



. Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

Coordenação da Coleção

Marcos Ehrhardt Júnior

Conselho Editorial

Conselho Editorial da Coleção

Ana Carolina Brochado Teixeira
Anderson Schreiber
Eroulthys Cortiano Junior
Fabíola Albuquerque Lobo
Flávio Tartuce
Gustavo Tepedino
Nelson Rosenvald
Paulo Lôbo
Rodrigo da Cunha Pereira

Adilson Abreu Dallari
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho
Alexandre Coutinho Pagliarini
André Ramos Tavares
Carlos Ayres Britto
Carlos Mário da Silva Velloso
Cármen Lúcia Antunes Rocha
Cesar Augusto Guimarães Pereira
Clovis Beznos
Cristiana Fortini
Dinorá Adelaide Musetti Grotti
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (*in memoriam*)
Egon Bockmann Moreira
Emerson Gabardo
Fabrício Motta
Fernando Rossi
Flávio Henrique Unes Pereira

Floriane de Azevedo Marques
Neto Gustavo Justino de Oliveira
Inês Virgínia Prado Soares
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Juarez Freitas
Luciano Ferraz
Lúcio Delfino
Márcia Carla Pereira Ribeiro
Márcio Cammarosano
Marcos Ehrhardt Jr.
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Ney José de Freitas
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva
Paulo Modesto
Romeu Felipe Bacellar Filho Sérgio
Guerra
Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N476p Silva Netto, Manuel Camelo Ferreira da
Planejamento familiar nas famílias LGBT: desafios sociais e jurídicos do recurso à reprodução humana assistida no Brasil / Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
534 p.; 14,5x21,5cm

Coleção Fórum Direito Civil e Seus Desafios Contemporâneos, v. 5

ISBN: 978-65-5518-164-7

ISBN da coleção: 978-85-450-0675-6

1. Direito Civil. 2. Direito das Famílias. 3. Direitos LGBTI+. I. Título.

CDD 342.1
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA NETTO, Manuel Camelo Ferreira da. *Planejamento familiar nas famílias LGBT: desafios sociais e jurídicos do recurso à reprodução humana assistida no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. (Coleção Fórum Direito Civil e Seus Desafios Contemporâneos, v. 5). 534 p. ISBN 978-65-5518-164-7.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS FIGURAS.....	19
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	21
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO COLEÇÃO FÓRUM DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	
Marcos Ehrhardt Jr.	25
PREFÁCIO	
Fabiola Albuquerque Lobo	27
CARTA AIS LEITORIES ABRINDO O ARMÁRIO: O FLORESCER DE UM NOVO TEMPO.....	31
INTRODUÇÃO.....	35

PARTE I

AS FAMÍLIAS LGBT NA PERSPECTIVA
CIVIL-CONSTITUCIONAL: EM DEFESA DE
TODAS AS FORMAS DE AMOR

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PRIVADO E AS SUAS REPERCUSSÕES NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO SOCIAL.....	47
1.1 A problemática da eficácia dos direitos fundamentais na esfera privada: um ponto de partida.....	48
1.2 Evolução histórica do direito das famílias brasileiro: da família patriarcal, cis-heterossexual, biológica e matrimonial às famílias da Constituição de 1988.....	56
1.3 A metodologia civil-constitucional e a sua aplicabilidade no direito das famílias.....	61

1.3.1	A Constituição Federal de 1988 e a principiologia do direito das famílias.....	67
1.3.2	A (re)personalização do direito das famílias e a dignidade da pessoa humana.....	74
1.3.3	Multiplicidade de entidades familiares: a não taxatividade do art. 226 da Constituição Federal e a possibilidade de interpretações extensivas.....	77
1.4	A constitucionalização da autonomia no direito privado: delineamento dos conceitos e sua abrangência no direito das famílias.....	81

CAPÍTULO 2

FORA DO ARMÁRIO, PARA DENTRO DAS RUAS: O MOVIMENTO LGBT E A LUTA PELO RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO.....		85
2.1	Da patologização ao Movimento LGBT e a luta pela emancipação político-jurídica: um breve esboço histórico.....	89
2.1.1	A patologização da homossexualidade e da transexualidade: o papel do discurso médico na estigmatização das identidades LGBT.....	91
2.1.2	Os Tumultos de Stonewall e o surgimento do movimento político em defesa dos direitos LGBT.....	98
2.2	Delineando conceitos basilares: sexo, gênero, expressão de sexualidade e identidade de gênero.....	101
2.3	A importância da terminologia para o reconhecimento das identidades: quem são as pessoas que integram o movimento LGBTQIAP+?.....	107

CAPÍTULO 3

A TUTELA JURÍDICA DAS FAMÍLIAS LGBT NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM ESTUDO DA HOMO/BISSEXUALIDADE E DAS IDENTIDADES TRANS A PARTIR DO DIREITO DAS FAMÍLIAS.....		119
3.1	A família homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise a partir da metodologia civil-constitucional.....	121
3.1.1	Reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas: a atuação do STF no julgamento da ADPF nº 132/RJ e da ADI nº 4.277/DF e as divergências com relação ao caráter ativista da decisão.....	129
3.1.2	Possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo gênero: a atuação do STJ no REsp nº 1.183.378/RS e a Resolução nº 175/2013 do CNJ como meios de promoção de garantias fundamentais.....	143

3.2	A família trans no ordenamento jurídico brasileiro: um estudo acerca da tutela jurídica das pessoas trans no seio familiar sob a ótica da <i>dignidade</i> e da personalidade.....	153
3.2.1	Rumo à despatologização das identidades de gênero e a sua consequente tutela pelos direitos da personalidade: contribuições da doutrina, do STF e do CNJ	159
3.2.1.1	As identidades trans a partir da ótica personalista: direitos à identidade, ao nome, à integridade psicofísica e à privacidade .	166
3.2.2	A conjugalidade da pessoa trans à luz dos direitos da personalidade: diversidade de sexos, erro essencial e anuência do cônjuge ou companheiro.....	179
3.3	A autonomia epistemológica do direito da diversidade sexual e de gênero e a necessidade de criação de um estatuto jurídico próprio: o reconhecimento da diferença como instrumento de efetivação de direitos.....	186

PARTE II

OS PROJETOS PARENTAIS ECTOGENÉTICOS LGBT NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM NOVO TEMPO HÁ DE VENCER

CAPÍTULO 4

OS IMPACTOS DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E O SURGIMENTO DAS FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS		199
4.1	Um breve histórico da filiação civil no contexto brasileiro: da legitimidade na filiação à igualdade entre os filhos de qualquer origem.....	201
4.1.1	As famílias ectogenéticas no ordenamento jurídico brasileiro: uma realidade presumida	208
4.2	Da bioética ao biodireito: perspectivas interdisciplinares sobre os avanços biotecnológicos e os limites da ciência	218
4.2.1	Os princípios da bioética e do biodireito e sua aplicabilidade prática: uma análise do uso das técnicas de reprodução humana assistida	223
4.3	Reprodução humana assistida: tentativa conceitual, finalidade e técnicas	227
4.3.1	Inseminação artificial (IA)	231
4.3.2	Transferência intratubária de gametas (GIFT).....	232
4.3.3	Transferência intratubária de zigotos (ZIFT).....	233
4.3.4	Fertilização <i>in vitro</i> (FIV)	234
4.3.5	Injeção intracitoplásmica do espermatozoide (ICSI).....	237
4.3.6	Técnicas auxiliares ao procedimento de RHA.....	237

CAPÍTULO 5

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E AS DIFICULDADES NA SUA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA: ENTRE TENTATIVAS E ERROS.....		245
5.1	Aspectos controversos da reprodução humana assistida: por que é tão difícil regulamentar?	247
5.1.1	Gestação por substituição: solidariedade ou instrumentalização?.....	247
5.1.1.1	A gestação sub-rogada na experiência estrangeira	248
5.1.1.1.1	França	250
5.1.1.1.2	Itália	251
5.1.1.1.3	Portugal	253
5.1.1.1.4	Reino Unido.....	256
5.1.1.1.5	Uruguai	256
5.1.1.1.6	Ucrânia.....	257
5.1.1.1.7	Estados Unidos	259
5.1.1.2	A gestação sub-rogada no Brasil: conflitos éticos e jurídicos.....	262
5.1.1.3	A bioética feminista e a gestação sub-rogada: debates em torno do respeito aos direitos das mulheres ante a relação biomédica – Exploração ou emancipação?	277
5.1.2	Anonimato do doador de gametas na reprodução humana assistida heteróloga: o direito ao conhecimento da origem genética em face do direito à intimidade do(a) doador(a)	289
5.1.3	“Produções independentes” de parentalidade: pode-se falar em direito à biparentalidade?	297
5.2	Resoluções do Conselho Federal de Medicina: a regulamentação deontológica da reprodução assistida.....	302
5.3	Uma realidade à margem da lei: os projetos de lei brasileiros e a tentativa de normatização das técnicas de reprodução humana assistida	312
5.4	Provimentos nº 52/2016 e nº 63/2017 do CNJ: a extrajudicialização do registro de crianças fruto das técnicas de reprodução humana assistida.....	317

CAPÍTULO 6

FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS LGBT: O PLANEJAMENTO FAMILIAR E O USO DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NA CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE E DA TRANSPARENTALIDADE		327
6.1	O planejamento familiar no Brasil: uma análise da Constituição de 1988 em conjunto com a Lei nº 9.263/96.....	330

6.1.1	Direitos sexuais e reprodutivos e a sua relevância para o exercício efetivo do planejamento familiar.....	334
6.1.2	Os limites ao planejamento familiar: a dignidade da pessoa humana e a parentalidade responsável como demarcadores da concretização de projetos parentais autônomos	340
6.2	O planejamento familiar no âmbito da diversidade sexual e de gênero e os projetos parentais LGBT: a (homo/trans) parentalidade à luz da Constituição Federal de 1988.....	344
6.3	Obstáculos à concretização dos projetos parentais ectogenéticos LGBT?	348
6.3.1	Heterocisnormatividade social e preconceito: entre fatos e mitos	349
6.3.2	A reprodução humana assistida como uma alternativa para as famílias LGBT: uma escolha legítima?	356
6.3.3	Colisão de direitos fundamentais: a objeção de consciência do médico em face dos direitos reprodutivos dos casais homoafetivos e transafetivos	367
6.3.4	A preservação dos direitos reprodutivos das pessoas trans: a heterocisnormatividade reprodutiva e os direitos reprodutivos da população T.....	373
6.3.4.1	(Des)construindo a ideia de corpo-homem e corpo-mulher: a heterocisnormatividade reprodutiva como instrumento de violência simbólica imposto às pessoas trans e a necessidade de superação desse paradigma.....	374
6.3.4.2	Em busca da autonomia na reprodução: como conciliar as transidentidades com a manutenção da capacidade reprodutiva das pessoas trans?.....	378

CAPÍTULO 7

A VIABILIZAÇÃO DOS PROJETOS PARENTAIS

ECTOGENÉTICOS LGBT: AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E TRANSPARENTAIS ADVINDAS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

7.1	As diferentes possibilidades de configuração das famílias ectogenéticas homoparentais cisgêneras a partir da ótica biparental	387
7.1.1	Casais femininos e a dupla maternidade	387
7.1.2	Casais masculinos e a dupla paternidade	393
7.2	As diferentes possibilidades de configuração das famílias ectogenéticas transparentais a partir da ótica biparental	402
7.2.1	Homem trans (FtM) em um contexto familiar heteroafetivo	405
7.2.1.1	Homem trans (FtM) em relacionamento heteroafetivo com uma mulher cis.....	405

7.2.1.2	Homem trans (FtM) em relacionamento heteroafetivo com uma mulher trans (MtF)	412
7.2.2	Homem trans (FtM) em um contexto familiar homoafetivo	416
7.2.2.1	Homem trans (FtM) em relacionamento homoafetivo com um homem cis	416
7.2.2.2	Homens trans (FtM) em relacionamento homoafetivo	417
7.2.3	Mulher trans (MtF) em um contexto familiar heteroafetivo	418
7.2.3.1	Mulher trans (MtF) em relacionamento heteroafetivo com um homem cis	419
7.2.3.2	Mulher trans (MtF) em relacionamento heteroafetivo com um homem trans (FtM)	421
7.2.4	Mulher trans (MtF) em um contexto familiar homoafetivo	421
7.2.4.1	Mulher trans (MtF) em relacionamento homoafetivo com uma mulher cis	422
7.2.4.2	Mulheres trans (MtF) em relacionamento homoafetivo	423
7.3	As diferentes possibilidades de configuração das famílias ectogenéticas homoparentais e transparentais a partir da ótica monoparental	424

CONSIDERAÇÕES FINAIS	429
----------------------------	-----

POSFÁCIO

Liberdade e igualdade no debate sobre o projeto parental das famílias LGBT

Maria Rita de Holanda	445
------------------------------------	-----

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS RESOLUÇÕES DO CFM QUE VERSAM SOBRE RHA	451
--	-----

APÊNDICE B: QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS PROJETOS DE LEI COM PROPOSTAS DE REGULAMENTAÇÃO MAIS ABRANGENTES DAS TRHA	465
---	-----

APÊNDICE C: QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS PROJETOS DE LEI COM PROPOSTAS PONTUAIS DE REGULAMENTAÇÃO DAS TRHA	491
---	-----

APÊNDICE D: QUADRO ESQUEMÁTICO REFERENTE À UTILIZAÇÃO DAS TRHA NOS CONTEXTOS FAMILIARES BIPARENTAIS HOMOAFETIVOS CISCÊNEROS	497
---	-----

APÊNDICE E: QUADRO ESQUEMÁTICO REFERENTE À UTILIZAÇÃO DAS TRHA NOS CONTEXTOS FAMILIARES MONOPARENTAIS CISCÊNEROS E TRANSGÊNEROS	501
---	-----

REFERÊNCIAS	505
-------------------	-----